



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

**CARTOGRAFIA SISTEMÁTICA E MEMÓRIA SOCIAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
SOBRE OS BAIRROS DE VITÓRIA DA CONQUISTA–BAHIA**

Débora Paula de Andrade Oliveira*
(UESB)

Edvaldo Oliveira**
(UESB)

Geisa Flores Mendes***
(UESB)

RESUMO

A Geografia Cultural oferece balizas teóricas valiosas para a compreensão dos elementos que permeiam os processos de produção espacial. Nesse contexto, o presente artigo aborda questões teóricas pertinentes a articulação entre as premissas da Geografia Cultural, Cartografia Sistemática e Memória Social, com o objetivo de analisar as representações socioespaciais dos bairros da cidade de Vitória da Conquista – Bahia. Esse esforço de aproximação teórica tornou-se essencial no desenvolvimento da pesquisa, uma vez que a referida análise busca considerar tanto os parâmetros técnicos da Cartografia, como também a memória e a identidade dos sujeitos sociais que vivenciam a realidade em questão.

PALAVRAS-CHAVES: Geografia Cultural. Cartografia. Memória Social.

* Discente do curso de Licenciatura em Geografia da UESB. Membro dos Grupos de Pesquisa Análise Planejamento e Gestão Territorial – APLAGET e Espaço, Memória e Representações Sociais. E-mail: deborageografiauesb@gmail.com.

** Doutor em Geografia pela UFS. Professor do Departamento de Geografia da UESB. Membro do Grupo de Pesquisa do CNPq intitulado Análise Planejamento e Gestão Territorial – APLAGET. E-mail: edvadocartografia@gmail.com

*** Doutora em Geografia pela UFS. Professora do Departamento de Geografia da UESB. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq intitulado Espaço, Memória e Representações Sociais. E-mail: geisauesb@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

A leitura do espaço é reveladora de nuances e perspectivas que afloram sob o olhar da Geografia Cultural. Nesse viés, o espaço se metamorfoseia em lugar, região e/ou território, lidos sob a dinâmica das paisagens que os sujeitos sociais vivenciam. Nesse sentido, o mapa torna-se essencial ao fazer geográfico, uma vez que por intermédio das representações espaciais presente nos mapas é possível realizar uma análise integrada dos elementos que perfilam pelo espaço. Assim, a Cartografia, é indubitavelmente integrante primordial da identidade do geógrafo.

Nesse contexto, se a Cartografia ajuda a compor a imagem da cidade, em sua plenitude e efervescência, as premissas da Geografia Cultural trazem elementos essenciais à compreensão das relações sociais que emergem na cidade. Sob tal perspectiva, a articulação dessas matrizes corrobora para uma análise enriquecedora do espaço urbano.

Nesse sentido, a pesquisa propõe a leitura da cidade de Vitória da Conquista - BA a partir das representações socioespaciais dos bairros que a constituem. A análise proposta busca considerar a identidade e o vínculo de pertencimento construído pelos sujeitos sociais que fazem parte do cotidiano dos bairros, associado a utilização de recursos da Cartografia para o estudo da delimitação dos bairros da cidade em questão.

A pesquisa encontra-se em andamento. Todavia, é possível abordar algumas análises preliminares, sobretudo no âmbito teórico conceitual, que é o mote do presente artigo. Dessa forma, espera-se que o desenvolvimento da pesquisa possa contribuir para uma melhor compreensão das questões que emergem da realidade espacial urbana de Vitória da Conquista. Nesse sentido, as discussões a seguir têm o objetivo de expor algumas considerações teóricas pertinentes às categorias utilizadas na pesquisa.



O BAIRRO NA REALIDADE ESPACIAL URBANA: REFLEXÕES SOBRE A IDEIA DE PERTENCIMENTO

No âmbito teórico, os trabalhos na Geografia sobre o bairro são ainda embrionários e rarefeitos. As discussões sobre essa temática são normalmente dirigidas pelos urbanistas. Entretanto, a noção de bairro é uma ideia presente junto aos sujeitos que se identificam com o espaço em que vivem, reforçando relações de afeto e pertencimento com o lugar. É notável a fragilidade teórica contemporânea que envolve o conceito de bairro, ainda que muitos autores o considerem importante para análise das relações espaciais urbanas. Nessa perspectiva, Souza (1989) sublinha a

[...] insuficiência do estado em que se encontram atualmente as contribuições ao conceito e à teoria dessa importante realidade urbana que é o bairro – importante, sobretudo, numa ótica que valorize as práticas dos cidadãos em momentos outros que não somente o do trabalho [...]. (SOUZA, 1989, p.141)

Souza entende que essa escassez teórica na literatura sobre o bairro não se restringe somente à Geografia, uma vez que se configura numa lacuna teórica no âmbito também da Sociologia, do Urbanismo e da Antropologia. Nos dizeres do autor “[...] quando se examina a literatura acadêmica à procura de tratamentos teórico-conceituais da realidade bairro, surpreende-se com a relativa escassez destes, pelo menos no que concerne a contribuições de peso.” (SOUZA, 1989, p.141). Para a construção de uma definição coerente do conceito de bairro, Souza aborda as relações sociais associadas a sua escala espacial. Dessa orientação, o autor pontua que,

O esforço de conceituação do bairro associou-se a uma estipulação da escala espacial a que se vinculam certas relações sociais, que preenchem e animam (“anima”: alma) o Espaço-bairro. Quer dizer, a individualidade de um bairro no seio da urbe seria definida por uma certa coesão social e pela abrangência de uma vida de relações orgânicas e associada ao Espaço particular do bairro à sua escala. (SOUZA, 1989, p.143)



Nesse sentido, torna-se válido destacar que o bairro origina a ideia de pertencimento aos sujeitos no contexto espacial em que vivem, identificando os problemas e propondo resoluções de caráter social e político. Nessa discussão, Teixeira e Machado (1986) apresentam elementos como a paisagem urbana, o conteúdo social e a função para definir o bairro. Para as autoras:

Um bairro se define ou se individualiza por três elementos [...] a paisagem urbana está refletida no tipo, estilo e idade das construções, no traçado de suas ruas etc; o conteúdo social é referente ao modo e ao padrão de vida de sua população; a função é a atividade básica que o bairro desempenha dentro do organismo urbano, isto é, função residencial, comercial ou administrativa, para a qual desenvolve um determinado equipamento funcional. (TEIXEIRA e MACHADO, 1986, p. 66)

Nas discussões sobre a cidade, Teixeira e Machado (1986) defendem que a fisionomia dos bairros ajuda a compor a imagem da cidade. As autoras pontuam ainda que a cidade é composta por bairros, com fisionomia própria, uma vez que resultam da sua função, de seus habitantes e de sua idade. Assim, todos esses bairros, mais ou menos integrados entre si, formam a cidade. O bairro urbano tem uma feição singular, permeada de especificidades, que só a ele pertence, uma vida particular, uma alma (TEIXEIRA e MACHADO, 1986).

Essa concepção conduz a uma reflexão de como o bairro se torna a principal referência espacial do cidadão. Nessa perspectiva, Veiga *et al.* destacam que na natureza conflituosa das relações urbanas, o bairro emerge como *locus* onde se materializa a relação dos sujeitos com o espaço, metamorfoseando-o em lugar.

Na análise sobre essa questão, Souza observou que as relações de pertencimento entre o coletivo social e o espaço são essenciais para que o espaço seja considerado bairro. O autor é enfático ao defender que “[...] é imprescindível que uma realidade, para ser um bairro, desperte empatia no cidadão, pois é essa empatia, a sensação de entrar no bairro, por exemplo, como alude Kevin Lynch, que é a base da identidade do bairro”



(SOUZA, 1989, p.150). Dessa forma a empatia revela a identidade do sujeito com o espaço de vivência identificado como bairro.

Souza defende ainda que atribuir um significado ao bairro, remete a formação de uma imagem mental intesa, que leva a construção da identidade do bairro para o morador, que o autor chama de bairrofilia. Nesse sentido, a dimensão social da memória apresenta um aporte teórico relevante para a análise, uma vez que o mote é a percepção e as representações sociais dos sujeitos envolvidos. Nessa reflexão, o autor traz para debate os diferentes fatores que constroem os traços identitários e as especificidades de cada bairro e pontua ainda que,

[...] De outra parte, uma sensação especial de familiaridade e intimidade com o bairro onde se mora normalmente não se reproduz com a mesma intensidade ou da mesma forma relativamente a outros bairros da cidade -os quais são conhecidos por força do deslocamento para o trabalho, para o lazer esporádico ou para as residências de parentes ou amigos; e, eventualmente, em muitos deles, um determinado indivíduo pode nunca ter posto o pé. (SOUZA, 1989, p.150, grifo nosso)

Souza observou, ainda, que as fronteiras sociais de um determinado bairro são construídas, sobretudo, pelos sujeitos que o vivenciam cotidianamente. De acordo com o autor, as pessoas demarcam seus bairros de modo inconsciente ou conscientemente a partir de marcos de referência que fizeram parte do cotidiano vivenciado por elas. Essas reflexões conduzem a análise para a ressignificação do espaço, por intermédio dos elementos simbólicos que emergem no entreposto das relações dos sujeitos com o bairro que vivenciam.

Veiga *et al.* (2012) defendem que o bairro é a principal referência espacial do cidadão, no contexto das relações urbanas. Os autores em questão consideram que “[...] no universo de conflitos e contradições que perpassam a cidade e a sua gestão, o bairro é uma porção territorial que se constitui em referência para o cidadão” (VEIGA *et al.* 2012, p.132-133).



É com base nos esclarecimentos teóricos aqui brevemente delineados que o presente estudo parte da compreensão que a discussão sobre o bairro é imprescindível para a análise geográfica, uma vez que este, nas escalas urbanas, se constitui como espaço mais próximo dos sujeitos, é o *locus* imediato da sua experiência e vivência do cotidiano.

Nesse viés, as reflexões que emergem do campo da Memória Social apresentam um aporte teórico valioso para compreender tais relações. O imbricamento da relação estabelecida entre sujeito e espaço é fértil de geograficidade que aflora em representações socioespaciais no processo de produção do espaço. Nesse sentido, a discussão apresentada a seguir aborda algumas premissas teóricas pertinentes à dimensão social da Memória e seus atributos.

MEMÓRIA E IDENTIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE SUJEITO E ESPAÇO

A dimensão social da memória e as reflexões sobre representações sociais e identidade são de natureza interdisciplinar. Todavia, apresentam-se como horizontes analíticos especialmente instigantes no âmbito da Ciência Geográfica. Trata-se de uma articulação teórica relativamente pouco difundida na Geografia. Contudo, a multiplicidade do olhar geográfico, revelada sob o prisma da memória torna possível vislumbrar novas premissas para a análise do espaço geográfico.

Na abordagem do bairro como *locus* de habitação mais próximo, o espaço vivido e passível de construção de uma memória pessoal (do sujeito) e cultural (do local). Nesse contexto, é válido sublinhar as proposições de Mendes, uma vez que trazem um convite para o desenvolvimento de pesquisas com essa abordagem. De acordo com a autora, “[...] memória e representações possibilitam um olhar multifacetado e proporcionam a percepção de vertentes ainda pouco exploradas e muito ricas de significados no que concerne ao espaço geográfico” (MENDES, 2009, p. 45).



De acordo com as balizas teórico-metodológicas expostas por Mendes (2009), a configuração do saber do/no espaço acontece no movimento de rupturas e permanências da memória. Com tal compreensão, a autora esclarece que,

[...] é necessário compreender que todo o processo por que passa a configuração de memórias e representações espaciais é historicamente determinado e acaba por moldar e direcionar as ações humanas, dando sentido às suas práticas sociais. *Tais questões são importantes para que se compreenda melhor como os saberes sobre o espaço se instituem e como se processa o movimento de permanências e rupturas acerca desses espaços na esfera da memória.* (MENDES, 2009, p. 45-46, grifo nosso)

A partir desse pressuposto, Mendes (2009) apresenta um importante instrumental para a compreensão do processo de produção socioespacial sob a ótica dos sujeitos, tendo como viés o tecido da memória social. Assim, de acordo com Mendes,

Os atores participantes desse processo são movidos por uma miríade de necessidades, interesses, desejos e sonhos. Subjacente a esses pressupostos, torna-se imprescindível considerar as tessituras espaciais como construções vinculadas também aos movimentos da memória e das representações. Construções essas que, por meio de uma complexa articulação de forças e interesses sociais, estão envolvidas em tramas de lembranças e esquecimentos em que sujeitos historicamente situados criam e recriam, reafirmam e ressignificam suas concepções, tradições e sentidos atribuídos ao espaço [...].(2009, p. 47)

Para a articulação entre a análise do espaço geográfico pela dimensão social da memória surge a necessidade de compreender mais a fundo essa categoria. Sobre esse aspecto, Mendes (2009) sublinha a polissemia do conceito de memória, em sua pluralidade de significações. A autora destaca que

A memória traz à tona uma multiplicidade de significados e denomina diferentes formas de experiência humana. Essa diversidade resulta, na maioria dos casos, em aspectos complementares e não antagônicos. Uma



das características da construção do conceito de memória social – acepção aqui adotada – é que este não se realiza no interior de nenhuma disciplina específica, produz-se, antes, na interseção de diferentes saberes e práticas. (MENDES, 2009, p. 50, grifo nosso)

Nesse contexto, a memória constitui-se como a expressão da identidade social de um grupo, “[...] uma vez que tem o poder de identificar o grupo, conferir-lhe uma identidade peculiar, proporcionar sentido ao seu passado, dar coerência ao seu presente e definir as suas aspirações futuras” (MENDES, 2009, p. 53). Nesse viés de análise, destaca ainda que a memória é uma construção social, e não a descrição fiel dos acontecimentos ou do que existe. Nessa discussão, as reflexões de Gondar (2005) ajudam a compreender mais a fundo essa categoria. De acordo com a autora,

[...] Ela [a memória] não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nos fazemos, que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados (GONDAR, 2005, p. 18).

Nas discussões em torno da memória é imprescindível evocar o pensamento de Maurice Halbwachs (1990[1950]). Esse teórico europeu foi pioneiro ao defender a memória como *constructo* social. O fio condutor do pensamento de Halbwachs consistiu na desmitificação do caráter estritamente biológico e individual da memória e sua coesão com aspectos coletivos. Destaca que a construção da memória coletiva perpassa necessariamente pela rememoração das percepções atuais. As confrontações dos depoimentos reconstróem o passado coletivo e possibilitam o reconhecimento de determinados significados. Sobre essa reflexão, o autor argumenta que

[...] se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (HALBWACHS, 1990, p.25)



Embora o conceito de memória coletiva proposto por Halbwachs (1990 [1950]), tenha representado um grande avanço para a época que foram formuladas, as leituras contemporâneas sobre sua obra (MENDES, 2004; 2009. GONDAR, 2005) alertam para a demasiada coesão social assegurada pelos quadros sociais da memória das teorias do autor. Nessa direção, Gondar (2005) sinaliza a relevância de considerar que, naquele contexto, a compreensão da memória supunha um mundo com fronteiras bem mais sedimentadas do que na atualidade, de coletivos e fluxo regulares de tempo e um núcleo de relações mais estáveis. Todavia, esse fato não implica em reduzir a importância de suas premissas teóricas ou abandonar as proposições do autor. Conforme alerta Mendes, “[...] é imperativo reconhecer que os intelectuais não são homens fora do tempo e do espaço” (MENDES, 2009, p. 54). Sobre essa discussão, a autora enfatiza ainda que

Tais considerações de maneira nenhuma negam a importância dos estudos do autor, apenas buscam acrescentar, por meio de outras abordagens, aspectos que não foram aprofundados por ele. Nessa direção, a fecundação entre espaço e memória poderá possibilitar a fertilização da teoria na perspectiva de que o seu escopo seja alargado (MENDES, 2009, p. 54)

As ressalvas teórico conceituais elaboradas por Mendes (2009) e Gondar (2005) em nada diminuem a importância das contribuições teóricas de Halbwachs, pelo contrário, apesar das considerações suscitadas, as ideias desse autor clássico são imprescindíveis para quaisquer reflexões que tenham a memória social como viés analítico. Assim, no presente estudo, as contribuições do referido autor são essenciais. Diante disso, a discussão sobre o conceito de representações sociais não pode ocorrer de modo dissociado da reflexão sobre memória social e identidade, uma vez que esses conceitos são intrinsecamente relacionados entre si, inviabilizando assim sua análise isolada.

Na direção das concepções aqui suscitadas, Mendes e Almeida (2008) traçam um importante elo entre as representações construídas entre os sujeitos, sociedade e o



espaço. Nesse contexto, as autoras compreendem que é como componentes de diversos coletivos sociais que nós nos representamos e elaboramos representações de objetos, territórios, instituições ou fatos. Assim, “[...] as representações não podem ser entendidas fora de uma dimensão de alteridade, de uma teia de relações entre os indivíduos na sociedade da qual fazem parte” (MENDES e ALMEIDA, 2008, p.35).

Sob essa ótica, as autoras convidam a vislumbrar as reflexões sobre identidade e relações de pertencimento, uma vez que “[...] a discussão da identidade remete, portanto, inevitavelmente, à compreensão da alteridade e às relações de pertencimento e não pertencimento que se atrelam ao território. (ALMEIDA *et al*, 2011, p.26). Assim, os laços identitários dos sujeitos se consolidam na relação com o lugar, uma vez que

A identidade cultural dá sentido ao território. A vivência e experiência produzem um sentido do lugar. Partindo desta compreensão é inevitável a conclusão de que muitos laços de identidade se manifestam na convivência com o lugar, com o território. Todavia, os significados desses laços não são marcados pela unicidade e sim pela multiplicidade de percepções. (MENDES e ALMEIDA, 2008, p.35)

As relações entre os sujeitos sociais e o lugar ocorrem no entreposto estabelecido entre os laços identitários, as singularidades e a construção de identidades múltiplas. Nesse contexto, é relevante evocar as ideias de Massey (2000) quando defende que não existe uma identidade coesa com o lugar, mas identidades múltiplas. Assim, a autora assinala que as identificações e os sentidos atribuídos aos lugares e aos territórios são também diversificados, a partir dessa reflexão, pode se apoiar na proposta de Mendes (2009) ao afirmar que é possível concluir que as significações para os lugares, com os quais podemos nos identificar, estão sendo constantemente (re)elaborados. Estão, portanto, sempre em curso, no ir e vir das relações sociais.

A compreensão das articulações entre espaço, lugar e memória e a discussão sobre o bairro, cerne desse estudo, tornam-se relevantes no cenário socioespacial de Vitória da Conquista, tendo em vista que a noção clássica do conceito de bairro, como espaço vivido e lócus imediato de reprodução da vida e das relações sociais tem sido



negligenciada pelas formas de organização e produção do espaço urbano na referida cidade.

A representação cartográfica pode revelar em parte, ainda que de forma abstrata a relação entre o sujeito, a memória e o espaço, compondo representações socioespaciais da imagem da cidade.

CARTOGRAFIA SISTEMÁTICA: PRINCÍPIOS, TECNOLOGIAS E APLICAÇÕES NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A origem epistemológica e o desenvolvimento da Ciência Geográfica sempre esteve imbricada à Cartografia. Contudo, a vertente radicalista dos movimentos de 'renovação' das décadas de 1970 e 1980 influenciaram um grave distanciamento entre a análise geográfica e o uso dos mapas, empobrecendo o trabalho do geógrafo. Moreira (2007), geógrafo representante do paradigma da Geografia Crítica, traz importantes reflexões sobre esse momento. O autor evidencia o problema cartográfico da/na Geografia ratificando que:

A geografia lê o mundo por meio da paisagem. A cartografia é a linguagem que representa a paisagem. Este elo comum perdeu-se no tempo, e não por acaso ficaram ambas desatualizadas. Não houve atualização para uma e para outra. Até porque a iniciativa está com a geografia. (MOREIRA, 2007, p. 67 grifo nosso)

De acordo com Moreira, urge a necessidade de eliminar a eminente distanciamento entre a Geografia e a Cartografia, uma vez que essa é o instrumental metodológico de leitura do espaço pelo geógrafo. Os ensinamentos de Moreira apontam para a complexificação do espaço, que desaguou no 'desencontro' entre as duas ciências em questão. O autor discute que:

Diante de um espaço de formas de paisagens cada vez mais fluidas, a ação teórica da geografia não poderia dar senão numa plethora de desencontros: desencontro da geografia e da cartografia frente ao



desencontro da forma-paisagem com o conteúdo-espaço. Faltou aí uma teoria da imagem num tempo de espaços fluidos. (MOREIRA, 2007, p.68)

É inegável que o mapa possibilita o domínio e reconhecimento do espaço. É exatamente por isso que a elaboração de documentos cartográficos precisa estar em consonância com as premissas da ciência, estética e da técnica, afinal de contas a Cartografia é detalhe, arte e ciência. Ainda que o mapa seja uma construção social, Neto (2009) recorre aos ensinamentos de Jacques Bertin ao afirmar que o mapa é também uma construção lógica, complexa e permeada de gramática e regras, pois

Como toda forma de linguagem, o mapa é também “escrito” através de outra que tem suas regras gramaticais, logo, sua sintaxe, linguagem esta que, como costuma enfatizar Jacques Bertin, “está ao alcance de todos”. [...] O mapa não é uma construção livre, pois está submetido a uma gramática gráfica por esse motivo, ele é essencialmente uma construção lógica. É por isso que ele é uma forma de “linguagem” e, como tal, dotada de signos e códigos que lhes são próprios. (NETO, 2009, p.155)

De acordo com Archela e Théry (2008) os mapas são eficientes veículos de transmissão do conhecimento que pode ser o mais amplo e variado possível ou o mais restrito e objetivo, conforme os objetivos delineados pelo geógrafo-cartógrafo. Os autores afirmam que “[...] cada mapa tem seu autor, uma questão e um tema, mesmo os mapas de referência geral, os topográficos ou os cadastrais” (ARCHELA; THÉRY, 2008, p.2). No campo da aplicação da semiótica e da construção do mapa a partir dos modos de implantação, destaca-se o alfabeto cartográfico, constituído basicamente por feições de geometria ponto, linha e polígono.

A representação dos modos de implantação pontual, linear e zonal apontados acima leva para o campo da acurácia do mapeamento a ser elaborado e está relacionada com a escala de trabalho e o sistema de projeção. Archela e Thery (2008) defendem que a escala cumpre um papel essencial no mapeamento e não se trata apenas de uma simples relação de redução. O que está em pauta é “[...] um meio de enfocar objetos da realidade conforme as diversas ordens de grandeza, desde as que se medem em



milhares de quilômetros até as que não ultrapassam alguns metros” (ARCHELA THÉRY, 2008, p.17).

Sobre esse aspecto, Joly (1990) sinaliza para a relação estabelecida entre escala cartográfica e generalização. Segundo o autor, “[...] a escala de um mapa é a relação constante que existe entre as distancias lineares medidas sobre o mapa e as distâncias lineares correspondentes, medidas sobre o terreno” (1990p, 20). O autor complementa sua argumentação ao afirmar que,

...] a generalização é a operação pela qual os elementos de um mapa são adaptados ao desenho de um mapa de escala inferior. Ela não ocorre sem uma certa deformação ou deslocamento dos objetos cartográficos. A generalização não pode ser uma simples redução, como o que seria obtida, por exemplo, pela fotografia ou pelo computador. Ela implica uma interpretação lógica dessa redução, o que requer um certo “senso geográfico” por parte do cartógrafo. (JOLY, 1990, p.20)

A construção das representações cartográficas prescindem que o mapeador tenha ciência desses pressupostos, uma vez que se configuram em orientações basilares ao processo de mapeamento. Nessa direção, torna-se válido destacar a relevância do mapa para a pesquisa geográfica. Neto (2009) é enfático ao afirmar que mapa “é para o geógrafo um instrumento de pesquisa, de trabalho e de comunicação indispensável.” (NETO, 2009, p.151). Nessa perspectiva, Sauer (2000) sublinha o uso do mapa, como elemento essencial da Ciência Geográfica. Sobre essa reflexão, o autor, de forma muito significativa, afirma

Por pouco que um membro de nossa sociedade saiba sobre a atividade de um geógrafo, se ele necessita de informações que requerem um mapa, ele nos chamará. Quando ocorre de geógrafos encontrarem-se onde mapas são exibidos (não importa que tipo de mapas) eles comentam, recomendam e criticam. Mapas acabam com nossas inibições, estimulam nossas glândulas, mexem com nossa imaginação, soltam nossas línguas. O mapa fala através das barreiras de linguagem; às vezes é reivindicado como o idioma da geografia. A expressão de idéias por meio de mapas nos é atribuída como vocação comum e paixão. (SAUER, 2000 p. 139)



O pensamento do autor revela a intrínseca relação existente entre o geógrafo e o mapa, evidencia-se que o mapa é por excelência, representação própria da Geografia. A partir das premissas teórico-metodológicas explicitadas, propõe-se no decorrer da pesquisa uma elaboração e análise da base cartográfica da divisão dos bairros da cidade de Vitória da Conquista, tendo como alicerce a memória e a identidade dos sujeitos sociais, aliada aos preceitos da Cartografia Sistemática. Nesse contexto, a representação do espaço, pela Cartografia, como construção social, sobretudo, nas linhas mais recentes da Cartografia Social, permite a representação da memória e da identidade a partir de princípios da semiótica (representação simbólica) e a iconografia que remete as imagens da cidade. Isso demanda mais debates com desdobramentos entre a memória e identidade.

CONCLUSÕES

A Geografia descortina múltiplas vertentes para a compreensão dos elementos que permeiam o processo de produção do espaço. Tal multiplicidade reflete as diversas matrizes teóricas que coexistem nessa ciência.

Neste caso, buscou-se nas fronteiras da interdisciplinaridade entre a Geografia Cultural e a dimensão social da Memória, tendo como alicerce os conhecimentos da Cartografia Sistemática, evidenciar alguns aportes teóricos para uma análise das representações socioespaciais dos bairros da cidade de Vitória da Conquista.

A pesquisa prevê outros desdobramentos, com a elaboração do projeto cartográfico e a realização de entrevistas junto aos sujeitos sociais que vivenciam a realidade em questão. Assim, pretende-se esboçar um mapeamento que considere não apenas os atributos técnicos do Urbanismo, para a delimitação de bairros, mas sobretudo as memórias, a identidade e as representações dos sujeitos sociais com os bairros que vivenciam em suas práticas cotidianas.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. de; VARGAS, M. A. M.. MENDES, G. Territórios, Paisagens e Representações: um diálogo em construção. In: **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 22, p.23-35, mai./ago. 2011.
- ARCHELA, R.S **A cartografia no pensamento geográfico**. Londrina: UEL, 2000
- ARCHELA, S. R.; THÉRY, H. **Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos**. In: **Confins**. Nº 3, p.1-21, 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index3483.html>> Acesso em junho de 2008.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de PósGraduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 11-26.
- JOLY, F. **A Cartografia**; Campinas-SP. 1990.
- LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**.. São Paulo: Martins Fontes, 1997. ; Tradução Jefferson Luiz Camargo.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MENDES, G. F.; ALMEIDA, M. G. de. Memória, símbolos e representações na configuração Socioespacial do sertão da ressaca - Bahia. In: **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 07, número 13, 2008.
- MENDES, G. F. **Sertão se traz na alma?** território/lugar, memória e representações sociais. Tese de doutorado. UFS: São Cristóvão, 2009.
- _____ **Memórias, discursos e representações sociais: um olhar para os 25 anos do Curso de Geografia da UESB**. Projeto de Pesquisa UESB: Vitória da Conquista, 2011.
- _____ **Luzes do saber aos Sertões: memória e representações da Escola Normal de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.
- NETO, A. T. A Questão da Cartografia Temática. In: **Espaço em Revista**. Vol 11 ISSN: 1519-7816; Goiás, jan/jun. 2009; disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/espaco/article/view/13676/9093#.UTY1iNY3vIw>. Acesso em novembro de 2014.
- SAUER, O. C. A educação de um geógrafo. In: **Revista GEOgraphia** – Ano. II– No4 – 2000.
- SOUZA, M. J. L. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Rio de Janeiro, 1989.
- TEIXEIRA, P. V. Marlene; MACHADO, R. M. **Conceito de bairro: unidade popular ou técnica ?** Rio de Janeiro: Anuário do Instituto de Geociências· UFRJ, 1986, p.66-71.